



Boletim do Museu Paraense Emílio  
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

[boletim.humanas@museu-goeldi.br](mailto:boletim.humanas@museu-goeldi.br)

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Brasil

Sebastião de Souza, Vanderlei

Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-  
Pinto, 1910-1920

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 7, núm. 3, septiembre  
-diciembre, 2012, pp. 645-669

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034998003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920

### The portrait of a nation: Edgard Roquette-Pinto's study on the Brazilian 'anthropological types', 1910-1920

Vanderlei Sebastião de Souza

Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O artigo analisa os estudos desenvolvidos pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) acerca da classificação dos 'tipos antropológicos' do Brasil. Como cientista ligado ao Museu Nacional, o antropólogo realizou, nas primeiras décadas do século XX, um extenso levantamento de dados sobre a constituição anatômica, fisiológica e psicológica da população brasileira, estabelecendo uma classificação racial, que refletia o diálogo com a tradição científica e intelectual brasileira, mas também com a antropologia física produzida em países como Alemanha e Estados Unidos. Conforme o artigo destaca, o interesse de Roquette-Pinto consistia na elaboração de um amplo retrato antropológico do país, por meio do qual procurou revelar as características raciais formadoras do Brasil e, ao mesmo tempo, avaliar a viabilidade biológica da população, especialmente dos 'tipos mestiços'.

**Palavras-chave:** Museu Nacional do Rio de Janeiro. História da Antropologia. Antropologia física. Classificação racial. Nação. Identidade nacional.

**Abstract:** The article analyses the studies carried out by the anthropologist Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) on the classification of 'anthropological types' of Brazil. Affiliated to the Museu Nacional, in Rio de Janeiro, the anthropologist collected data on the anatomical, physiological and psychological characteristics of the Brazilian population in the early decades of the 20th century. The racial classification put forward by Roquette-Pinto resulted not only from the ongoing national intellectual context, but also resulted from technical and theoretical influences from abroad, in particular from Germany and the United States. The anthropologist's goal was to produce an 'anthropological portrait' of Brazil. His research aimed at revealing the racial characteristics involved in the formation of the nation, as well as evaluating the biological viability of the population, especially the 'mixed race types'.

**Keywords:** Museu Nacional do Rio de Janeiro. History of Anthropology. Physical anthropology. Racial classification. Nation. National identity.

---

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 645-669, set.-dez. 2012.

Autor para correspondência: Vanderlei Sebastião de Souza. Av. Leopoldo Bulhões, 1480. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 21041-210 (vanderleidesouza@yahoo.com.br).

Recebido em 23/01/2012

Aprovado em 05/10/2012

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, o debate acerca da formação racial brasileira e de sua classificação antropológica foi assunto recorrente entre os homens de ciências do país. Conforme a historiografia tem demonstrado, discursos sobre a identidade racial brasileira motivaram uma série de polêmicas na imprensa e nas instituições científicas e literárias, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) até a Academia Brasileira de Letras, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e as Faculdades de Medicina e de Direito do país. Devido à relativa estabilidade política construída após a implantação da República de 1889, os brasileiros voltaram suas atenções para o tema da identidade nacional, colocando o 'problema da raça' como elemento central para projetar o futuro do país no chamado 'concerto das nações'. Neste processo, a questão da imigração, da miscigenação, da herança europeia, indígena e africana, bem como a influência do clima e do meio na constituição das raças, foram alguns dos assuntos que mais atraíram a atenção. Deste debate, uma série de classificações e terminologias foi produzida com o objetivo de nomear as diferenças de raça e cor, distinguindo e aproximando os diversos grupos raciais do país, sobretudo a partir de suas conformações físicas e psicológicas (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Maio e Santos, 1996; Corrêa, 2001; Cunha, 2002; Souza, 2011).

Educado no interior das ciências naturais, e com treinamento especializado no campo da antropologia física, Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) foi um dos intelectuais brasileiros mais dedicados ao estudo da realidade racial. Apesar de seguir a tradição científica e o pensamento social brasileiro em variados aspectos, sobretudo da antropologia produzida na capital da República, suas pesquisas se destacariam por lançar mão de métodos ainda pouco empregados no Brasil, em especial aqueles que conciliavam as técnicas da

antropologia física e da biometria aos estudos de caráter psicofisiológico da população brasileira. Além disso, Roquette-Pinto também seria o primeiro antropólogo do país a desenvolver um sistemático projeto de pesquisa sobre as características morfológicas dos diferentes 'tipos raciais', chegando mesmo a criar uma nomenclatura própria de classificação. Orientado por concepções positivistas, Roquette-Pinto acreditava que o retrato antropológico do Brasil só poderia ser conhecido quando a ciência levantasse os 'dados objetivos' sobre as condições de vida e as características biológicas da população, fossem eles negros, mulatos ou brancos, pobres ou abastados, sertanejos ou litorâneos<sup>1</sup>.

Em diálogo com a antropologia física europeia e norte-americana, Roquette-Pinto reuniu ao longo dos anos 1910 e 1920, a partir de investigações realizadas sobretudo no Rio de Janeiro, dados que o levaram a propor uma classificação ampla dos 'tipos raciais' brasileiros. O antropólogo também realizou estudos sobre o caráter psicológico da população nacional, dando especial atenção à relação entre raça e temperamento. Seu interesse era produzir um retrato antropológico capaz de revelar as características formadoras da identidade nacional, bem como avaliar a viabilidade biológica da população. Emoldurado por um forte comprometimento nacionalista, esse retrato da nação deveria servir como "um documento científico seguro", por meio do qual as autoridades do país poderiam intervir na organização nacional, especialmente no que tangia às políticas de povoamento e imigração, ou mesmo em relação às políticas de educação, saúde e eugenia (Roquette-Pinto, 1929). Conforme pretendo demonstrar ao longo do artigo, Roquette-Pinto acionou a antropologia física como uma ferramenta de ação política, empregada, acima de tudo, para refutar a ideia de que a formação racial brasileira seria responsável pelos problemas do país.

<sup>1</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Nossa gente**. Rio de Janeiro, 1921. Texto datilografado, 20 p. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

## A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ANTROPOLÓGICO

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905, o jovem Roquette-Pinto iniciou sua carreira profissional no Museu Nacional neste mesmo ano, atuando como antropólogo físico e etnógrafo, especializações científicas pouco prestigiadas no país de médicos, bacharéis, engenheiros e literatos. Sua inserção no mundo da ciência, no entanto, se daria por intermédio de uma instituição de reconhecimento científico internacional, sobretudo no campo das ciências naturais. Desde sua fundação, no início do século XIX, ainda antes da independência do Brasil, o Museu Nacional foi responsável por boa parte da produção científica realizada no país, entre ela, estudos sobre a formação racial brasileira (Schwarcz, 1993; Lopes, 1997; Santos e Mello e Silva, 2006; Keuller, 2008; Maio e Santos, 2010; Duarte, 2010). Tão logo ingressou nessa instituição, Roquette-Pinto concentrou seus estudos no conhecimento das características raciais do país, justificando que o assunto carecia de investigações mais rigorosas. Em texto escrito no início dos anos 1910, destacava que a despeito de o Brasil ser um imenso “laboratório de raças”, ainda faltava “um estudo antropológico seguro” dos elementos formadores da população. Mesmo considerando a existência de dados estatísticos oficiais e de trabalhos apresentados por viajantes, cronistas e historiadores, entendia que os brasileiros se achavam “na contingência de caracterizar todos os elementos raciais por apreciações puramente baseadas em caracteres descritivos”. Segundo ele, faltavam à antropologia estudos com critérios mais objetivos, capazes de revelar um retrato mais “realista” das características antropológicas do Brasil<sup>2</sup>.

O interesse de Roquette-Pinto pelo conhecimento da ‘antropologia das raças’ se acentuou especialmente após três experiências vividas no início dos anos 1910. A primeira diz respeito à sua viagem à Europa, em 1911, quando

participou do Congresso Universal de Raças, realizado em Londres (Souza e Santos, 2012). Enviado ao congresso em companhia do antropólogo João Baptista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto entrou em contato com alguns dos principais assuntos que mobilizavam o campo da antropologia física naquele período, como a discussão sobre o papel do meio e dos ‘cruzamentos raciais’ na conformação das diferentes populações do mundo. Nos meses que se seguiram ao encerramento do congresso, Roquette-Pinto permaneceu na Europa com os objetivos de ampliar sua formação científica e de visitar museus de história natural e outras instituições de ciência, especialmente em Londres, Berlim e Paris. Nesse período, realizou cursos com o antropólogo alemão Félix von Luschan, com o parasitologista Alexander Emile Brumpt, com o renomado fisiologista Charles Richet e com os naturalistas René Verneau e Henry Perrier (Lins, 1956, p. 77).

A segunda experiência vivida por Roquette-Pinto, e certamente uma das mais marcantes em sua trajetória, ocorreu poucos meses depois de seu retorno da Europa. Trata-se da expedição científica que empreendeu ao interior do Brasil em 1912. Acompanhado por integrantes da Comissão Rondon, o antropólogo viajou durante cinco meses pelo norte do Mato Grosso, na entrada para a região amazônica, tendo como objetivo reunir informações sobre a população indígena e sertaneja, incluindo artefatos para o acervo do Museu Nacional (Castro Faria, 1998; Lima *et al.*, 2005; Santos, 2011). Este foi o seu primeiro trabalho sistematizado sobre as populações do interior do Brasil, uma vez que procurou conciliar a observação empírica com a coleta de informações de caráter etnográfico e de antropologia física. Em “Rondônia: anthropologia-ethnographia”, onde publicou o resultado de sua expedição científica, Roquette-Pinto classificou os ‘tipos antropológicos’ da região a partir da cor da pele, do tipo de cabelo, das impressões digitais, das medidas corporais, entre outras

<sup>2</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Brasil**. Rio de Janeiro, 1910, p. 2. Texto manuscrito, 20 p. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

características físicas que considerava fundamentais para elaborar o 'retrato' da população (Roquette-Pinto, 2005 [1917], p. 73-80; p. 144-149).

O terceiro acontecimento vivenciado por Roquette-Pinto está relacionado à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e ao seu significado político, sobretudo no que diz respeito às discussões em torno da identidade nacional e ao lugar do Brasil no cenário mundial. De acordo com a historiografia, o conturbado contexto internacional deste período serviu como uma espécie de catalisador de um nacionalismo militante, por meio do qual se manifestou a disposição de encarar os problemas brasileiros e propor soluções compatíveis com as especificidades do país (Sevcenko, 1999; Oliveira, 1990; Lima, 1999; Luca, 1999). Para boa parte dos intelectuais brasileiros, entre eles Roquette-Pinto, era preciso abandonar as ideias de empréstimo, sem raízes com a nação, e investir no conhecimento do 'Brasil real', capaz de revelar aos brasileiros a verdadeira imagem do país. Esse contexto justificava, em grande medida, o interesse de Roquette-Pinto, e do próprio Museu Nacional, pelo estudo das populações raciais e da classificação identitária do país.

Motivado por essas experiências, Roquette-Pinto iniciou, nos 1910, a organização de uma equipe de pesquisadores ligados ao Museu Nacional (entre eles, Irineu Malagueta, Otávio da Silva Jorge, Raul Baptista, Mario Raja Gabaglia, José L. F. Pinto e Fábio Barros), visando realizar "os trabalhos preliminares sobre a determinação das características antropológicas do Brasil" (Lobo, 1920, p. 38). De acordo com o relatório das atividades de 1919, a equipe de cientistas deu início ao projeto de "mensurações antropométricas", que deveria "servir de base à determinação ulterior dos nossos principais tipos antropológicos" (Lobo, 1920, p. 38). Nas palavras de Bruno

Lobo, então diretor do Museu Nacional, o projeto assumiria "uma função de grande importância" para o país, uma vez que auxiliaria nas estatísticas demográficas que o censo geral da República vinha realizando naquele mesmo período. Além do mais, esta seria "uma das mais interessantes contribuições do Museu Nacional às comemorações do Centenário da Independência", programadas pelo governo de Epitácio Pessoa para ocorrerem a partir de setembro de 1922 (Lobo, 1920, p. 38).

As primeiras atividades se concentraram na organização das fichas antropológicas que o Museu Nacional já possuía em seus arquivos, como aquelas que Roquette-Pinto reuniu durante expedição ao interior do país, realizada em 1912. Em seguida, a equipe iniciaria um amplo trabalho de mensuração de soldados do Exército, atividade que se prolongaria por mais de oito anos<sup>3</sup>. Neste período, Roquette-Pinto chegou a entrar em contato com o ministro da Guerra, Prudêncio Milanez, pedindo autorização para "entender-se com os médicos do corpo do Exército para a realização dos estudos"<sup>4</sup>. Os próprios médicos que atuavam nos quartéis contribuíram com o fornecimento de informações sobre as características físicas e psicológicas, o estado de saúde, as condições sociais e o desempenho dos soldados. Para Roquette-Pinto, a coleta de dados antropológicos de soldados daria uma amostragem adequada para classificar a população brasileira, uma vez que boa parte dos jovens alistados, especialmente os que serviam na capital federal, era recrutada em diferentes regiões do país, cujas características raciais e sociais apresentavam grandes variações<sup>5</sup>. Para efetuar pesquisas em escolas públicas, associações femininas e fábricas que mantinham funcionários do sexo feminino, especialmente no Rio de Janeiro, Roquette-Pinto treinou um grupo de ex-alunas da Escola Normal, entre

<sup>3</sup> Ofício do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 30/01/1920. Arquivo de Antropologia Física – Série 2 – AFT.2.1.005. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ).

<sup>4</sup> Ofício do Ministro de Estado da Guerra, Prudêncio L. Milanez, a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 25/02/1920. Arquivo de Antropologia Física – AFT.2.1.005. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ).

<sup>5</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Nossa gente**. Rio de Janeiro, 1921, p. 4. Texto datilografado, 20p. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

elas Noemi Sales e Heloísa Alberto Torres. Além disso, por intermédio do Museu Nacional, se constituiria ainda uma rede de colaboração com cientistas que se encontravam em viagem pelo interior do Brasil, para coletarem dados antropológicos sobre os diferentes grupos 'raciais' do país.

Os resultados preliminares dessas pesquisas foram apresentados em 1922, em função das comemorações do Centenário da Independência, e publicados, em fevereiro de 1923, na revista "Folha Médica". No relatório de atividades apresentado ao diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto destacou que, sob sua coordenação, a equipe já havia realizado mensurações antropométricas em mais de 1.700 indivíduos de diferentes 'tipos raciais', sendo 600 do sexo feminino e 1.127 do masculino. Os dados apresentados traziam informações sobre a estatura, o índice cefálico e o índice nasal de 'brancos', 'mulatos claros', 'mulatos escuros', 'caboclos' e 'negros'. Os dados levantados até aquele momento apontavam que a população 'branca' representava 51,72% do contingente total, os 'mulatos claros', 9,42%, os 'mulatos escuros', 13,10%, os 'caboclos', 11,37%, e os 'negros', 14,36%<sup>6</sup>.

## O DIÁLOGO COM A TRADIÇÃO ANTROPOLÓGICA ALEMÃ

Nos anos seguintes, Roquette-Pinto e sua equipe deram continuidade às pesquisas para a elaboração do 'retrato antropológico' do Brasil, não apenas levantando mais dados, como também analisando estudos realizados em outros países<sup>7</sup>. O resultado completo da pesquisa foi publicado nos "Archivos do Museu Nacional", em 1928, com o título "Nota

sobre os *typos anthropológicos do Brasil*". No ano seguinte, o texto seria apresentado como uma das conferências do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, compondo os anais do evento que o próprio Roquette-Pinto presidiu<sup>8</sup>. Neste período, o antropólogo já era uma figura respeitada na comunidade intelectual brasileira. Além de "Rondônia" (1917), já havia publicado "Seixos Rolados" (1927), livro que reuniu alguns de seus principais ensaios antropológicos. A publicação destas obras o credenciaria, a partir de 1928, a fazer parte do seletivo grupo da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira que fora de Silvío Romero e de Osório Duque Estrada, a quem substituiu. O antropólogo também havia adquirido prestígio como sócio do IHGB, da Academia Brasileira de Ciências e como fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, instituição que se notabilizou pela preocupação com a educação popular, pela promoção da cultura e pela divulgação científica. Seu nome ainda se tornaria respeitado ao assumir a direção do Museu Nacional, função que viria a ocupar entre 1926 e 1935<sup>9</sup> (Lima e Sá, 2008; Keuller, 2008; Souza, 2011).

Apesar de seu estudo sobre os 'tipos antropológicos' trazer informações importantes do ponto de vista sociológico, o conceito biológico de 'raça' era central nas análises de Roquette-Pinto. Conforme vinha anunciando desde a publicação de seus primeiros trabalhos, a ideia de 'raça' não deveria ser encarada como "uma expressão verbal, sem valia nem função"; ao contrário, era por meio da "ideia fisiológica das raças" que as pesquisas antropológicas encontravam o seu progresso (Roquette-Pinto, 2005

<sup>6</sup> Relatório da Seção de Antropologia, referente ao ano de 1922, encaminhado por Roquette-Pinto ao Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1922, p. 3-5. Arquivo Semear, Relatórios Gerais, Caixa 1. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ).

<sup>7</sup> A partir de 1924, quando Roquette-Pinto assumiu em definitivo a chefia da Quarta Seção do Museu Nacional (Antropologia, Etnografia e Arqueologia), sua equipe de trabalho ganhou novos integrantes. Além do ingresso de Heloísa Alberto Torres como assistente de Roquette-Pinto, a Seção incorporou cientistas como Álvaro Fróes da Fonseca, Raimundo Lopes da Cunha e o naturalista alemão Padberg-Drenkpol. Esses nomes teriam um papel decisivo na continuidade dos estudos de classificação dos tipos brasileiros, especialmente Heloísa Alberto Torres e Fróes da Fonseca, que atuaram mais diretamente ao lado de Roquette-Pinto.

<sup>8</sup> Neste artigo, utilizei o texto que acompanha os anais do Congresso de Eugenia, publicado em 1929. Vale lembrar que a "Nota sobre os *typos anthropológicos do Brasil*" seria publicada também como um dos capítulos do livro "Ensaio de antropologia brasileira", que apareceu em 1933 (Roquette-Pinto, 1978 [1933], p. 75-107).

<sup>9</sup> Roquette-Pinto assumiu a função de diretor do Museu Nacional em 1926 de forma interina, em substituição a Artur Neiva, sendo oficialmente efetivado no cargo um ano depois, nomeado pelo presidente Washington Luís.

[1917], p. 126). Para se chegar ao conhecimento objetivo dos caracteres raciais, conforme a historiografia tem demonstrado, a antropologia deste período lançou mão de um minucioso estudo da constituição física e orgânica dos indivíduos, desde a cor dos olhos e o tipo de cabelo até a estatura, o perímetro do tórax, o índice cefálico e nasal e os efeitos do meio e da miscigenação (Stocking Jr., 1998; Keuller, 2008; Souza, 2011; Lindee e Santos, 2012). De acordo com Roquette-Pinto, tudo deveria ser analisado a partir dos mais recônditos detalhes do corpo humano, como “a estreiteza e a obliquidade da fenda ocular”, “a presença de uma pequena dobra cutânea junto ao canto interno” do olho, o “intumescimento da pálpebra superior, que encobre o rebordo ciliar e torna as pestanas pouco aparentes” ou, tão simplesmente, o formato do “pavilhão da orelha”, que apresentava “especial interesse para a antropologia” (Roquette-Pinto, 1915, p. 27-28).

Para fazer a coleta dos dados antropológicos, Roquette-Pinto e sua equipe de pesquisadores seguiam uma série de normas e técnicas que já vinha sendo adotada pela então chamada ‘moderna antropologia física’, que privilegiava mais os estudos de caráter fisiológico, psicológico e genético do que os tradicionais estudos craniométricos. Em 1927, o antropólogo Álvaro Fróes da Fonseca publicou no “Boletim do Museu Nacional”, “consoante às instruções do professor Roquette-Pinto”, um trabalho que deveria servir como manual sobre os métodos e as técnicas científicas empregados nos serviços de mensuração antropométrica e classificação racial realizados no Museu Nacional. Em suas palavras, era de fundamental importância seguir as “normas vigentes em nosso meio” a fim de que se evitassem “equivocos sobre resultados discordantes, oriundos do emprego de técnicas

diversas” (Fróes da Fonseca, 1927, p. 13). Neste trabalho, Fróes da Fonseca não apenas descreveu as principais técnicas e quais deveriam ser os dados privilegiados pelo antropólogo físico, como também indicou como proceder no momento da mensuração, quais eram os melhores equipamentos antropométricos e como utilizá-los durante a coleta de informações<sup>10</sup>.

Embora os antropólogos brasileiros seguissem, desde o final do século XIX, os métodos e as técnicas antropométricas e craniológicas da escola francesa de Paul Broca e seus discípulos, como Topinard, Bertillon e Manouvrier, a partir dos anos 1920 foram os procedimentos técnicos da antropologia alemã que passaram a predominar nas pesquisas de Roquette-Pinto e de outros antropólogos ligados ao Museu Nacional, como Fróes da Fonseca, Bastos de Ávila e Heloísa Alberto Torres. Seu artigo sobre os ‘tipos antropológicos’ se apoiava especialmente nos estudos de Félix von Luschan, Rudolf Martin e Eugen Fischer, três nomes centrais na tradição antropológica daquele país (Roquette-Pinto, 1929, p. 124-131).

Em relação às ‘modernas técnicas antropológicas’, Roquette-Pinto citava como referência importante para suas pesquisas a obra “Lehrbuch der Anthropologie”, publicada por Rudolf Martin em 1914 (Roquette-Pinto, 1929, p. 124)<sup>11</sup>. Do mesmo modo, no texto metodológico publicado em 1927, Fróes da Fonseca não apenas fazia referência a este livro, como também destacava a monografia publicada por Martin em 1925 (“Anthropometrie”), argumentando que as duas obras formavam as principais contribuições para as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas no Museu Nacional (Fróes da Fonseca, 1927). Para ambos, embora Rudolf Martin tenha se ocupado da antropologia física num sentido mais restrito, o da classificação anatômica,

<sup>10</sup> O próprio Roquette-Pinto assinalaria em sua “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil” que as técnicas empregadas em suas pesquisas estavam de acordo com normas publicadas por Fróes da Fonseca (Roquette-Pinto, 1929, p. 124).

<sup>11</sup> É importante mencionar que Rudolf Martin se destacou por mais de duas décadas, entre 1910 e 1920, como uma das principais figuras da antropologia física alemã. Integrante da geração liberal e humanista formada por Virchow, Bastian e Ranke, Rudolf Martin não apenas refutava o arianismo e o racismo, então em voga, como também defendia a ideia de que as diferenças entre as raças humanas não deveriam ser vistas para além das diferenças físicas. Seu livro foi uma das primeiras tentativas de sistematizar um modelo metodológico para a antropologia física alemã, tendo adquirido prestígio científico até meados do século XX (Evans, 2010, p. 90-94).



suas contribuições teriam superado a clássica antropologia do francês Paul Broca, possibilitando o surgimento da antropologia moderna, que refutava a descrição hierárquica das raças<sup>12</sup>. A autoridade de Rudolf Martin era de tal modo reconhecida no campo da antropologia, seja no Brasil ou no exterior, que Roquette-Pinto não deixaria de citar em sua “Nota sobre os *typos anthropológicos do Brasil*” uma passagem de “*Lehrbuch der Anthropologie*”, na qual descrevia informações sobre o método antropológico. Pode-se dizer que a referência valia tanto para justificar o modo como procedera durante a análise dos dados antropológicos quanto para angariar maior legitimidade científica entre seus pares. Isso fica ainda mais evidente pela referência feita na própria língua alemã, sem o acompanhamento da tradução para a língua portuguesa, o que sinalizava propositalmente a familiaridade que o antropólogo brasileiro mantinha com a tradição antropológica daquele país (Roquette-Pinto, 1929, p. 124).

O diálogo de Roquette-Pinto com a obra de Eugen Fischer demonstrava ainda mais claramente a centralidade da antropologia alemã em seus estudos. O trabalho que Fischer realizou no sudeste da África, em região sob o domínio colonial alemão, aparece citado em quase tudo o que Roquette-Pinto produziu a partir dos anos 1920. Publicado em 1913 sob o título “*Die Rehobother Bastards*”, o estudo de Fischer é uma volumosa obra sobre as características raciais dos mestiços daquela região, atentando para os efeitos da miscigenação entre os Boers (colonizadores alemães) e os nativos africanos. Sua pesquisa transformou-se rapidamente numa das obras mais reverenciadas entre seus pares, especialmente por ser uma das primeiras a defender a aplicação dos

estudos de hereditariedade humana como ferramenta essencial para a antropologia física<sup>13</sup>. Para o antropólogo brasileiro, o que mais lhe atraiu a atenção na leitura de “*Die Rehobother Bastards*” foi o fato de Fischer ter desenvolvido seus estudos com populações mestiças de europeus com nativos da África, o que se aproximava do caso brasileiro. Outro aspecto que chamou a atenção de Roquette-Pinto foi o exaustivo trabalho classificatório realizado por Fischer<sup>14</sup>. Além de exames antropométricos, ele reconstruiu genealogias familiares, reuniu dezenas de fotografias e elaborou gráficos com dados sobre os fenômenos fisiológicos, como o tempo de crescimento, a maturidade sexual e a fecundidade (Teo, 2004, p. 89).

Pode-se dizer que o antropólogo brasileiro seguiu Fischer em muitos aspectos, inclusive no uso da genética mendeliana para compreender o processo de herança dos caracteres biológicos. Assim como Fischer, Roquette-Pinto também elaborou, em sua “Nota sobre os *typos anthropológicos do Brasil*”, gráficos e tabelas com dados explicativos sobre as características antropológicas das populações analisadas. Ainda a exemplo do antropólogo alemão, Roquette-Pinto também reproduziu, ao final de seu trabalho, fotografias com os perfis dos ‘tipos raciais’, dispostas como um verdadeiro ‘retrato antropológico’ do país (Figuras 1 a 5). Além disso, o antropólogo do Museu Nacional temperou os estudos de antropologia física com a eugenia, a psicofisiologia e a biometria, tal qual propusera Fischer ao definir suas pesquisas como a “nova antropologia biológica” (Massin, 1996, p. 123-124).

Entre as ciências auxiliares dessa ‘nova’ antropologia, a biometria aparecia como um recurso fundamental para lidar com uma série de medidas antropométricas. Seguindo

<sup>12</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard; FRÓES DA FONSECA, Álvaro. **Elementos da Antropologia**. Rio de Janeiro, 1927, p. 3-4. Texto datilografado, 19 p. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

<sup>13</sup> Embora a obra de Eugen Fischer tenha ganhado notoriedade internacional, é preciso dizer que estudos semelhantes a “*Die Rehobother Bastards*” tornaram-se comuns na antropologia alemã de início do século XX. Muitos foram os antropólogos que viajaram para as colônias africanas com o objetivo de buscar informações sobre os cruzamentos raciais, para coletar dados antropométricos e identificar as variações ou os padrões anômicos e fisiológicos dos diferentes ‘tipos raciais’ (Proctor, 1988; Massin, 1996; Penny e Bunzl, 2006).

<sup>14</sup> A leitura de Roquette-Pinto sobre Fischer encontra-se especialmente em: ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Die rehobother bastards – notas de texto**. Rio de Janeiro, s.d. Texto datilografado, 10 p. Arquivo de Antropologia Física – Série 2 – Antropologia Física - AFT.2.1.031. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ).





Figura 1. Fotografia de um 'Cafuzo'. Fonte: Roquette-Pinto (1929).

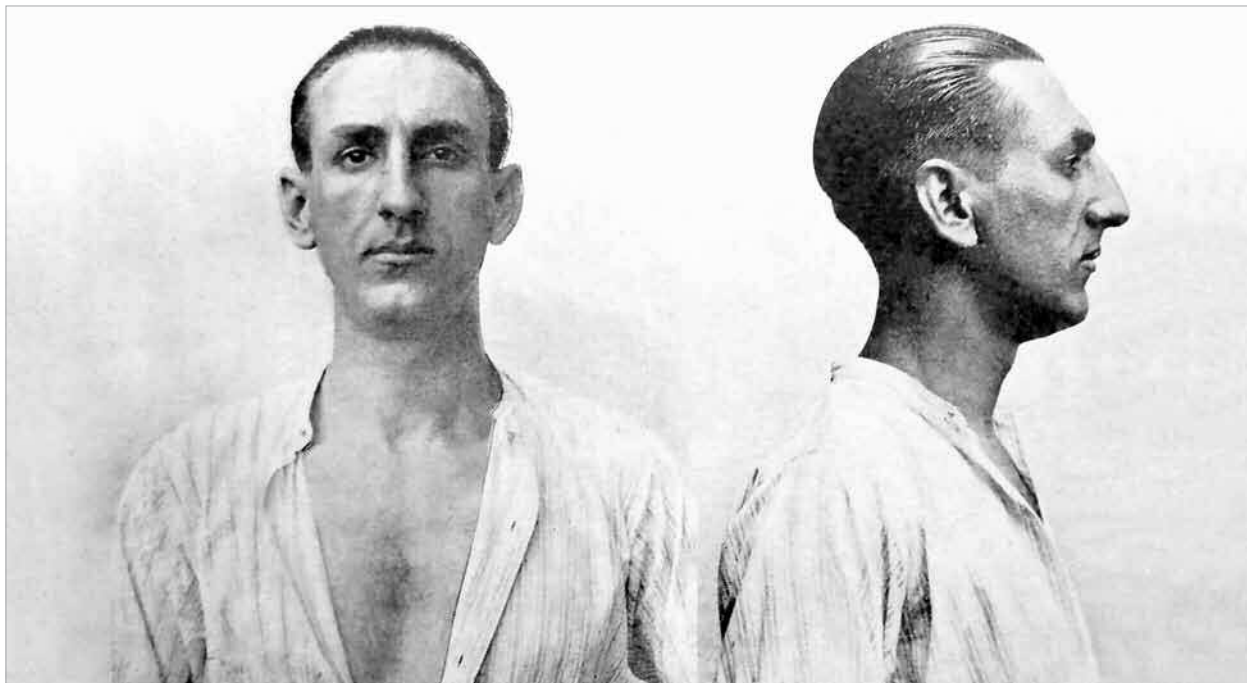


Figura 2. Fotografia de um 'Leucodermo'. Fonte: Roquette-Pinto (1929).



Figura 3. Fotografia de um 'Phaiodermo'. Fonte: Roquette-Pinto (1929).

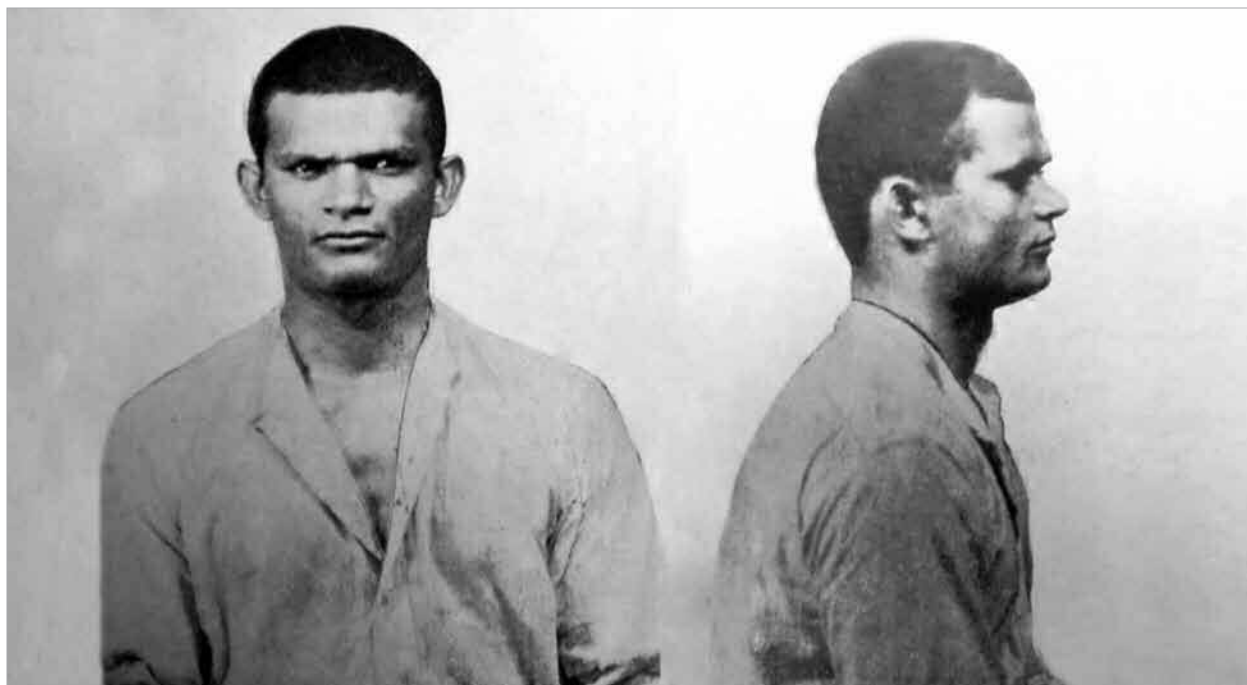


Figura 4. Fotografia de um 'Melanodermo'. Fonte: Roquette-Pinto (1929).



Figura 5. Fotografia de um 'Xanthodermo'. Fonte: Roquette-Pinto (1929).

novamente o exemplo de Fischer, Roquette-Pinto destacava a importância dos estudos estatísticos desenvolvidos pelo britânico Francis Galton para o aperfeiçoamento do método biométrico e sua aplicação à moderna biologia<sup>15</sup>. Embora chamasse a atenção para o fato de que os primeiros trabalhos biométricos tivessem surgido com o naturalista belga Adolphe Quetelet, em 1835, e, mais tarde, divulgados por Adolphe Bertillon junto à Sociedade de Antropologia de Paris, teria sido o eugenista Francis Galton o principal responsável por transformar a biometria numa ciência importante para o exame do material antropológico e para os estudos eugênicos (Roquette-Pinto, 1929, p. 132).

Nesse processo de modernização do método antropológico, a biometria, eugenia e psicofisiologia passaram a exercer uma função determinante nas concepções de Roquette-Pinto. Não à toa, os estudos sobre 'cruzamentos raciais', imigração, hereditariedade e temperamento se transformariam em tema de alta relevância para a elaboração de parâmetros classificatórios. Somente desta maneira, acreditava ele, a antropologia poderia compreender quais eram os elementos que, de fato, influenciavam a constituição dos grupos raciais. Neste aspecto, como já apontamos, Roquette-Pinto procurava incorporar as tendências científicas que mobilizavam os antropólogos mundo afora,

<sup>15</sup> O uso que Roquette-Pinto fazia da biometria também seria compartilhado por outros antropólogos do Museu Nacional. Especialista em anatomia humana, Fróes da Fonseca entendia que a "antropologia moderna" era sustentada em grande medida pela aplicação da técnica biométrica (Fróes da Fonseca, 1927, p. 15), tendo empregado-a em seus trabalhos realizados no Museu Nacional e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde atuou por um longo período (Keuller, 2008). O principal adepto da biometria no Brasil, no entanto, parece ter sido o antropólogo Bastos de Ávila, que viria a substituir Fróes da Fonseca no Museu Nacional. O emprego da biometria apareceu tanto em sua tese de livre docência em anatomia, defendida em 1925, quanto em "Questões da Antropologia Brasileira" (1935) e "Antropometria e desenvolvimento físico" (1940), obra prefaciada por Roquette-Pinto (Gonçalves, 2011).

especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos, cujas tradições cada vez mais tornavam comum a associação entre a antropologia física e a moderna biologia (Stocking Jr., 1998; Barkan, 1992; Lindee e Santos, 2012). Vale destacar que, além de nomes como Eugen Fischer, Felix von Luschan e Rudolf Martin, suas pesquisas também dialogavam com Francis Galton, Karl Pearson, Charles Davenport, Franz Boas, Stanley Porteus, entre outros de renome internacional (Roquette-Pinto, 1929, 1978 [1933]).

## A CLASSIFICAÇÃO DOS 'TIPOS ANTROPOLÓGICOS' DO BRASIL

Profundamente envolvido nas discussões sobre imigração e colonização do território nacional, tema central no debate político brasileiro daquele período, Roquette-Pinto iniciou sua "Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil" questionando o argumento de "respeitáveis capitalistas, agricultores e industriais", que anunciavam a "falta de milhões de braços" para suprir as necessidades da produção e do progresso do país. Para estes, o Brasil carecia de mais imigrantes (Roquette-Pinto, 1929, p. 119-120). Para Roquette-Pinto, no entanto, "faltariam braços – se todos os existentes já estivessem com a sua capacidade normal esgotada, se todos os braços já estivessem utilizados com rendimento aceitável". Fato que, em seu modo de ver, estaria longe de ser verdade, pois o que ocorria no Brasil seria antes a falta de aproveitamento da população nacional para o trabalho (Roquette-Pinto, 1929, p. 121-122).

A partir desta constatação, Roquette-Pinto questionava: afinal, qual era o motivo da baixa produtividade dos brasileiros ou de onde provinha a sua "insuficiência"? Seria uma "deficiência de raça" ou faltava ao Brasil capacidade de organização política e social? Por ventura, seriam os "tipos raciais" do Brasil formados por "gente degenerada" ou os problemas de seu "povo" deveriam ser atribuídos aos "maus

expedientes" utilizados pela política de povoamento, como a violência contra os índios, a importação de escravos, a falta de seleção dos imigrantes e o abandono dos elementos nacionais? Apontando o objetivo principal que suas pesquisas perseguiam, dizia ele nas primeiras páginas de sua "Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil" (Roquette-Pinto, 1929, p. 123-124):

(...) visto que o seu modo de agir, na luta pela conquista da terra, não permite que se considerem os mestiços do Brasil como gente moralmente degenerada, vejamos se as suas características antropológicas mostram sinais de decadência anatômica ou fisiológica; vejamos se é gente fisicamente degenerada.

Com o objetivo, portanto, de retratar a formação racial da população brasileira, Roquette-Pinto classificou os 'tipos antropológicos' em quatro grupos principais, seguindo nomenclatura por ele próprio proposta. Para o 'tipo branco', daria o nome de Leucodermos; para os mestiços originados do 'cruzamento' entre brancos e negros, de Phaiodermos; para os mestiços de brancos e índios, de Xanthodermos; para 'tipo negro', de Melanodermos. Outros 'tipos raciais' existentes no Brasil, como os Cafuzos (Figura 1), Xibáros e Caborés, não seriam incluídos em sua classificação por serem "numericamente insignificantes" (Roquette-Pinto, 1929, p. 125). Em relação ao percentual de cada um dos grupos, os Leucodermos representariam mais da metade da população, 51%; os Phaiodermos, 22%; os Xanthodermos, 11%; os Melanodermos, 14%; e os indígenas, que em sua nova classificação não apareciam caracterizados, representavam 2% do contingente total<sup>16</sup>.

A despeito do emprego dessa nova nomenclatura, Roquette-Pinto não chegou a justificar o motivo pelo qual adotava nomes gregos para definir a classificação

<sup>16</sup> Apesar de Roquette-Pinto não justificar, a exclusão dos indígenas em sua classificação antropológica deve-se, possivelmente, ao fato de não terem sido considerados como brasileiros, uma vez que não estariam integrados à 'civilização', não reconheciam os símbolos nacionais e nem mesmo falavam a língua portuguesa, como destacou em seu "Rondônia: anthropologia-ethnographia" (Roquette-Pinto, 2005 [1917], p. 201).

dos 'tipos raciais'. Destacou apenas que a emprestara do antropólogo alemão Carl Heinrich Stratz, que, em 1904, a teria utilizado pela primeira vez. De outro lado, apesar de a nomenclatura referir-se a cores da pele, é importante destacar que esta característica não era necessariamente a de maior destaque em seus estudos. Importava em suas análises classificatórias considerar, antes de tudo, os índices cefálico e nasal, a estatura, o perímetro torácico, o tipo de cabelo e a cor dos olhos, cujos caracteres seriam herdados segundo a lógica mendeliana, independentes dos fatores geográficos ou climáticos. Quanto ao uso do conceito de 'tipo antropológico', Roquette-Pinto o empregava por compreender que o termo 'raça' era mais abrangente e dizia respeito às três principais 'variedades' da espécie humana (branca, negra e amarela). A noção de 'tipo', bastante utilizada à época, possibilitava classificar as variantes antropológicas originadas a partir dos diferentes "cruzamentos raciais" (Roquette-Pinto, 1915, p. 23).

Roquette-Pinto analisou as características anatômicas e fisiológicas de cada um dos grupos "brasilianos", conforme ele preferia chamar os brasileiros, procurando compará-los com 'tipos raciais' semelhantes. Em relação aos Leucodermos (Figura 2), lembrava que seus caracteres antropológicos não apenas "não denunciavam degeneração" como "colocam esses tipos entre os mais bem dotados da raça branca", referindo-se aos europeus. Sua estatura média, por exemplo, estaria acima dos povos ibéricos e mediterrâneos, sendo que os Leucodermos do sul do país, que apresentavam a pele mais clara e altura mais elevada, podiam ser comparados aos 'tipos brancos' do norte europeu (Roquette-Pinto, 1929, p. 125). Além disso, algumas de suas características, como o índice cefálico e nasal, possibilitavam que Roquette-Pinto os comparasse tanto aos russos e ingleses quanto aos franceses e italianos. De outro lado, a largura da face bastante saliente entre alguns dos Leucodermos denunciaria, em suas palavras, a influência indígena como fator dominante nos cruzamentos com os "tipos amarelos". Do mesmo modo, a cor da pele "branca trigueira", os cabelos "negros e ondulados" e os

olhos "em geral escuros", também podem ser vistos como fatores que aproximavam os Leucodermos dos povos indígenas e africanos (Roquette-Pinto, 1929, p. 126-127).

O segundo maior contingente entre os 'tipos antropológicos' do Brasil, de acordo com Roquette-Pinto, eram os Phaiodermos (Figura 3), "mestiços originados dos cruzamentos entre brancos e negros". De maneira geral, esse grupo racial apresentava como características "pele parda", "olhos escuros", "cabelos ulótricos", estatura mediana e face estreita. Sua estatura se aproximava dos Leucodermos, embora também apresentassem alguns 'tipos' com altura elevada, perto de 1,73 m. Isso se atribuía, segundo Roquette-Pinto, à herança de certos grupos africanos, bem como ao cruzamento com "sangue branco dos leucodermos mais altos". Mas a maior influência africana exercida sobre os Phaiodermos brasileiros se originava dos negros vindos da costa ocidental da África (Roquette-Pinto, 1929, p. 128). Devido a essa variada ascendência, o antropólogo acreditava que os mulatos do Brasil formavam um tipo antropológico "pouco homogêneo", cujas características se definiam como instáveis, "oscilando entre os extremos em que se firmam os progenitores". Contudo, esses aspectos não deveriam ser vistos como elementos que os denunciavam como inferiores, do ponto de vista constitucional. De acordo com Roquette-Pinto, nenhum dos caracteres analisados permitiria "considerá-los como tipos involuídos" (Roquette-Pinto, 1929, p. 129).

Entre os Phaiodermos, o que mais chamava a atenção de Roquette-Pinto era a proximidade de características que existiam em relação aos Leucodermos, como podia ser percebido, por exemplo, por meio do índice nasal, considerado "o mais importante caráter antropológico". Em suas palavras, "o confronto das curvas dos índices nasais de Leucodermos e Phaiodermos permite verificar que existem numerosos mulatos que, pelo esqueleto do nariz, se acham na vizinhança dos brancos ou, possivelmente, com eles confundidos" (Roquette-Pinto, 1929, p. 128). Nesse sentido, Roquette-Pinto acabava por concluir que haveria entre os mulatos uma "acentuada tendência para



a raça branca de que muitos se aproximam por diferentes caracteres”, muito mais do que aqueles que “tendem à raça negra” (Roquette-Pinto, 1929, p. 128-129). De maneira geral, essa constatação sustentava o argumento de que os ‘mestiços do Brasil’ tendiam ao branqueamento, conforme teoria bastante comum no país, compartilhada por Roquette-Pinto. Neste caso, o pressuposto do antropólogo seria justificado pela análise mendeliana dos ‘cruzamentos raciais’, que apontavam boa parte das características antropológicas dos “brancos brasileiros” como fatores hereditários dominantes.

A mesma tendência teria ocorrido em relação aos Xanthodermos (Figura 4), sertanejos que, segundo Roquette-Pinto, tendiam a se aproximar dos Leucodermos em muitos aspectos. É importante mencionar que, ao longo dos anos 1910, esse tipo antropológico foi alçado por Roquette-Pinto ao lugar de representante da nacionalidade. Seguindo Euclides da Cunha e toda uma geração de intelectuais que se formou na virada do século, o antropólogo definiu os sertanejos como uma “raça forte”, o elemento responsável por fazer a integração do litoral com o sertão (Lima *et al.*, 2005; Santos, 2008). Em sua “Nota sobre os *typos anthropológicos* do Brasil”, contudo, os Xanthodermos não receberam um tratamento diferenciado e nem mesmo foram caracterizados com os adjetivos que empregou, por exemplo, em “Rondônia” (Roquette-Pinto, 2005 [1917]). Isso ocorreu porque a atenção de Roquette-Pinto se deslocou ao longo dos anos 1920 para o movimento geral dos ‘tipos antropológicos’ do país. Além disso, seu interesse pelo tema da miscigenação, da imigração e da eugenia movia sua antropologia mais para a análise dos ‘cruzamentos raciais’ envolvendo brancos e negros, assim como a contribuição desses mestiços na formação da nacionalidade. Neste aspecto, o antropólogo seguiu uma tendência que se consolidou entre os intelectuais brasileiros a partir do final dos anos 1920, como

é possível perceber em autores como Oliveira Vianna, Paulo Prado, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre e Arthur Ramos, cujos trabalhos se dedicaram a compreender o processo de miscigenação e interação social entre negros e brancos no Brasil.

O último grupo racial analisado foi o dos Melanodermos (Figura 5), que, segundo Roquette-Pinto, era racialmente pouco homogêneo, muito possivelmente devido à variada miscigenação (Roquette-Pinto, 1929, p. 130-131). Conforme explicou em carta de 1927 enviada a Jarbas de Barros, médico e antropólogo paulista, as próprias ‘tribos’ da África Ocidental, cuja região forneceu o maior contingente de negros para o Brasil, eram classificadas como ‘tipos antropológicos’ bastante heterogêneos. Não bastasse a presença de ‘tribos’ diversas migradas para o Brasil, haveria entre os africanos da costa ocidental, como Roquette-Pinto dizia ter lido nos estudos de Eugen Fischer, “profunda miscigenação”, o que diferenciava “as tribos de parte a parte, causando grande variação”<sup>17</sup>.

Como é possível perceber, o retrato antropológico desenhado por Roquette-Pinto procurava estabelecer aproximações entre os “tipos brasileiros” mais do que diferenciá-los. Embora destacasse a existência de determinadas variações entre os quatro grupos principais, tanto de ordem fenotípica quanto genotípica, o esforço do antropólogo consistia em demonstrar uma tendência que vinha se processando no sentido da homogeneização dos elementos nacionais, estimulados, acima de tudo, pela miscigenação. Ao mesmo tempo em que os Phaiodermos (mulatos) e os Xanthodermos (caboclos) tendiam a se aproximar dos Leucodermos (brancos) – reafirmando a suposta teoria do branqueamento –, os Melanodermos (negros) sofriam a influência dos caracteres dominantes dos dois primeiros, o que parecia conduzi-los, na leitura mendeliana de Roquette-Pinto, cada vez mais aos ‘tipos mestiços’ e, no futuro, aos ‘tipos brancos’.

Contudo, assim como Euclides da Cunha, o antropólogo acreditava que país algum poderia apresentar

<sup>17</sup> Carta de Edgard Roquette-Pinto a Jarbas de Vasconcelos. Rio de Janeiro, 12/02/1927. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

'unidade de raça'. Na verdade, conforme indicou em artigo publicado em 1935, o Brasil não precisava de unidade racial para se tornar uma nação forte e civilizada: seria "preocupação ociosa e anticientífica pretender que o Brasil seja um dia habitado por um único tipo antropológico. Só os que, erradamente, confundem 'raça' e 'povo' desejam para este país aquela utópica unidade"<sup>18</sup>. Essa afirmação contundente, porém, não eliminava a crença no futuro branqueamento da nacionalidade ou na estabilização dos 'tipos antropológicos' cada vez mais próximos aos Leucodermos. Seja como for, Roquette-Pinto não acreditava que os "tipos da raça branca poderão um dia por si só crescer e dominar o país" sem a presença das "gotas de sangue amarelo e negro", fundamentais para a "aclimação ao nosso meio" (Roquette-Pinto, 1929, p. 147).

Uma das questões que mobilizavam seus estudos classificatórios consistia, justamente, em caracterizar os 'tipos antropológicos' a partir de uma tipologia capaz de dar conta desse paradoxo presente no pensamento brasileiro: a ideia de que os 'tipos antropológicos' tendiam à estabilidade, sempre em direção ao branqueamento, ao mesmo tempo em que se constata a presença de uma grande diversidade racial. Para a grande maioria dos pensadores nacionais, conforme Roquette-Pinto explicaria em 1935, o "povo brasileiro" teria resultado de "um vasto cruzamento e em múltiplas direções", de tal modo que seria difícil falar da formação futura de "nossa gente". Mas, indagava, seria isso verdadeiro do ponto de vista dos modernos estudos antropológicos? Além disso, teriam se formado,

nessa contingência, tipos definidos que possam indicar algum trabalho útil de seleção em marcha para melhores condições, ou nada se poderá esperar, cientificamente, da mescla tumultuária secularmente processada? Se já existiram alguns tipos em elaboração, serão precários e deficientes os seus característicos?<sup>19</sup>.

Embora Roquette-Pinto não ignorasse o fato de a população brasileira ser constituída por mais do que quatro 'tipos antropológicos', entendia que era preciso estabelecer gradações e fronteiras entre os diferentes grupos a partir da frequência aproximada de certos traços ou características. Conforme destacou a propósito da lei da dominância e da recessividade mendeliana, os 'cruzamentos raciais' deveriam ser vistos como 'combinação de caracteres', e não como 'caldeamento', 'mistura' ou 'fusão', como era frequentemente tratado o processo de miscigenação no Brasil. Isso significava dizer que os 'tipos antropológicos' apresentavam características passíveis de serem agrupadas a partir de referenciais hereditários comuns. Em sua opinião, os cruzamentos não formariam indiscriminadamente novos 'tipos raciais', como a ideia do "cadinho de raças" deixava entrever, mas sim 'tipos' que tendiam sempre para a estabilidade de traços, o que o permitia projetar, a partir dos então modernos estudos científicos, uma classificação mais homogênea (Roquette-Pinto, 1929, 1978 [1933]).

A nomenclatura classificatória empregada por Roquette-Pinto para identificar os 'tipos antropológicos' do Brasil seria saudada por seus contemporâneos como prova de uma renovação científica importante para a ciência brasileira, pois se tratava da primeira tentativa de imprimir "critérios científicos" específicos de aferição de dados morfológicos e raciais entre a população nacional (Cunha, 2002, p. 281). Além disso, seu esforço por criar uma terminologia científica, supostamente mais objetiva, padronizada e universal, possibilitava aos antropólogos evitar as generalizações classificatórias 'não científicas', adotadas no Brasil de forma irrestrita, conforme o uso que autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues, João Baptista de Lacerda, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha teriam feito.

<sup>18</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. As raças e a unidade nacional. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, out. 1935, não paginado. Recorte avulso. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

<sup>19</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. As raças e a unidade nacional. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, out. 1935, não paginado. Recorte avulso. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).



Apesar disso, seu método classificatório foi contestado por figuras como Oliveira Vianna, que o considerou similar “à velha classificação popular e puramente empírica dos nossos tipos étnicos (branco, caboclo, negro e mulato), a que as denominações gregas revestem de um colorido científico”. Embora reconhecesse a autoridade de Roquette-Pinto, entendia que sua classificação parecia “pouco suscetível de ser aproveitada utilmente, para os estudos das raças aqui fixadas”, pois ignorava a existência de uma enorme variabilidade antropológica (Vianna, 1959 [1932], p. 183-184). Na compreensão de Oliveira Vianna, seria impossível classificar a população branca do Brasil a partir de um único ‘tipo antropológico’. O mesmo valeria para os negros, cuja origem africana diversa definia as suas características como amplamente heterogênea. Deste modo, ressaltava o escritor fluminense, “não havendo um tipo único de negro, nem também um único de branco, não é possível, em face das leis da herodologia étnica, a constituição de um tipo único para os produtos do cruzamento destes tipos tão diferentes e tão heterogêneos” (Vianna, 1959 [1932], p. 187-188). Ou seja, a população mestiça também formaria um contingente bastante heterogêneo, não cabendo na classificação formulada pelo antropólogo do Museu Nacional.

Em 1935, a propósito do prefácio ao primeiro volume dos “Estudos Afro-Brasileiros”, organizado por Gilberto Freyre, Roquette-Pinto respondeu à crítica de Oliveira Vianna, explicando que

ao estudar as características antropológicas dos brasileiros, para delimitar, tanto quanto possível, objetivamente, os tipos que vêm emergindo da grande massa dos mestiços, considere que os nomes vulgares preto, caboclo, mulato etc., estavam secularmente consagrados a todo indivíduo pertencente aos contingentes raciais, sem qualquer definida caracterização antropológica sistemática (Roquette-Pinto, 1935).

Segundo ele, “no grande grupo dos mulatos”, sua análise havia revelado a existência de três ‘tipos’ mais bem caracterizados, cujos traços antropológicos poderiam

ser aproximados. Seria possível agrupar esses mestiços já diferenciados em torno de uma única classificação, a que chamou de Phaiodermos. O mesmo poderia ser dito dos “tipos brancos, em que distingui pelo menos 2 Leucodermos, e para os tipos negros, nos quais aparecem 3 Melanodermos”, cujas características apontariam para tipos cada vez mais estáveis. Assim, explicava Roquette-Pinto:

Os que leram apressadamente os meus trabalhos, concluíram, ingenuamente, que eu apenas batizei de nomes gregos os nossos velhos conhecidos. (...) Que, por extensão, alguns chamem leucodermos aos brancos do Brasil, phaiodermos aos mulatos, xanthodermos os caboclos e melanodermos aos negros, não vejo em verdade grande mal; mas o que ressalta luminosamente de tudo quanto deixei dito há muito tempo é que se todos phaiodermos são mulatos, nem todos os mulatos são phaiodermos... O mesmo se dirá dos outros (Roquette-Pinto, 1935, p. II-III).

O argumento de Roquette-Pinto consistia, portanto, não apenas em destacar uma relativa homogeneidade racial existente entre os ‘tipos brasileiros’, como também defender a própria cientificidade de sua classificação antropológica. Embora o uso da nomenclatura grega substituísse em grande medida os referenciais tipológicos já popularizados entre os brasileiros (brancos, negros, mulatos e pardos), entendia que essa classificação não tinha um caráter ‘científico’, uma vez que se baseava tão somente em aspectos raciais empiricamente descritivos, como a cor da pele, o que seria insuficiente para uma classificação mais segura.

## O CARÁTER PSICOLÓGICO DOS BRASILIANOS

Nas primeiras décadas do século XX, antropólogos do mundo todo procuravam na psicologia das raças a explicação para a relação entre a biologia constitucional dos indivíduos e suas características mentais. Se, para a antropologia física deste período, ‘raça’ era definida enquanto um fato biológico, para a psicologia era uma questão de psicofisiologia humana (Bresciani, 2007, p. 275). Para muitos antropólogos, a ‘conduta moral’ e a ‘disposição mental’ era parte da natureza de cada um

dos grupos raciais, de modo que não se poderia pensar na diferenciação dos 'tipos antropológicos' sem levar em consideração a classificação de seu 'caráter psicológico'. O antropólogo alemão Eugen Fischer, de quem Roquette-Pinto foi um leitor entusiasmado, teria sido um dos primeiros a associar os estudos de antropologia física às questões da diferenciação dos temperamentos raciais. Anos depois, especialmente a partir de 1920, estudos como estes se tornariam frequentes no campo da antropologia, seja para auxiliar na classificação das 'raças' e dos 'tipos nacionais', seja para distinguir comportamentos morais e capacidades intelectuais (Richards, 1997, p. 69-70).

Assim como seus contemporâneos, Roquette-Pinto também associava o temperamento das raças às suas características fisiológicas. Embora se opusesse à ideia da 'doutrina antropológica da desigualdade', sua classificação dos 'tipos psicológicos' apontava para certas desigualdades de atributos constitucionais. Conforme escreveu na "Revista do Brasil", no final dos anos 1910, o "conceito de hierarquia das raças, um dos temas prediletos do diletantismo científico", não passaria de uma fábula que os países imperialistas haviam criado para justificar o domínio sobre os "povos negros e amarelos" (Roquette-Pinto, 1918, p. 34). Contudo, não negava que as "raças humanas" poderiam efetivamente se diversificar, de modo que tanto os "atributos do corpo" quanto o "tipo cerebral de cada qual, não permitem que se as considerem no mesmo grau de semelhança". De acordo com seus pressupostos, as raças se diferenciariam uma das outras do mesmo modo que "as radiações do espectro" eletromagnético: sempre no mesmo nível, uma vez que, do vermelho ao violeta, todos os raios ocupariam o mesmo plano. Nesse sentido, continuava ele:

É inegável que há raças mais inteligentes; outras mais sentimentais e terceiras mais pertinazes. Também no espectro há raios caloríficos, raios luminosos e raios actínicos. Ireis pedir calor dos raios ultra-violetas, e se o vos não derem chamá-lo-eis de inferiores? Buscareis luz nos raios infra-vermelhos, e como eles só vos podem fornecer

calor, diríeis: raios inferiores? E se pedísseis luz a estes e àqueles, e nenhum vo-la desse, porque só tem calor e força actínica, gritareis: inferiores? Não. As raças não se podem colocar em planos de altura diferentes, como as zonas do espectro não se podem adiantar ou atrasar, senão em intensidade. Se a vossa fantasia vos levar a exigir do negro a inteligência que não é o grande apanágio de sua feição psíquica; do branco, a paciência do amarelo, e deste a sentimentalidade étnica de todos, será brilhantemente documentada, cada qual de sua vez... E tereis assim realizado, porventura, a observação científica das raças? (Roquette-Pinto, 1918, p. 32-33, grifos do autor).

Para Roquette-Pinto, portanto, haveria para cada 'tipo racial' um temperamento psicológico diferenciado, fruto de sua própria constituição biológica, como uma característica permanente e involuntária. Sua crítica à 'doutrina da desigualdade' racial encontraria limite naquilo a que ela própria procurava se opor: a preservação de uma crença biologicamente determinista, conforme a metáfora do espectro eletromagnético deixa entrever. Assim, como já destacou Ricardo Ventura Santos, é possível perceber na antropologia de Roquette-Pinto "a convivência de uma lógica, a que enfatiza as desigualdades, com outra, a que nega a possibilidade de se estabelecerem hierarquizações", como podemos perceber na ambígua expressão "desigualdade no mesmo nível" (Santos, 2002, p. 126).

Além da diferenciação dos caracteres físicos, Roquette-Pinto também se preocupou em elaborar um retrato de como eram constituídos os 'tipos brasileiros' do ponto de vista de seu 'temperamento racial'. Para desenvolver esse estudo, se inspirou na extensa pesquisa que o psicólogo australiano Stanley Porteus e sua assistente Marjorie Babcock realizaram junto à população do Havaí, território anexado pelos Estados Unidos em 1900. O resultado dessa pesquisa foi publicado em 1926, com o título "Temperament and Race", sendo reconhecido no mundo todo como um dos clássicos neste campo de estudo (Stannard, 1999, p. 90). De acordo com a avaliação do próprio Roquette-Pinto, o livro era "a mais notável tentativa até hoje realizada para a caracterização psicológica das raças" (Roquette-Pinto, 1929, p. 140).

Como especialista no estudo da psicologia das raças, Porteus encontrou na ilha do Pacífico, habitada por imigrantes de diferentes nacionalidades, o lugar que considerava mais apropriado para suas pesquisas (Stannard, 1999, p. 96). Após analisar o temperamento racial e o índice de eficiência dos maiores grupos raciais da ilha (japoneses, chineses, havaianos, portugueses, porto-riquenhos e filipinos), os autores concluíram que a psicologia das raças não poderia ser dissociada da natureza fisiológica. Deste modo, acreditavam que a identificação racial de um homem deveria ser vista como “um dos fatos mais significantes e importantes sobre si mesmo; importante no significado de sua composição física, de sua personalidade e de sua perspectiva espiritual e mental” (Porteus e Babcock, 1926, p. v). De outro lado, o resultado das pesquisas apontava para a existência de diferenças mentais bastante acentuadas entre um grupo e outro, o que definia também a existência de uma clara hierarquia racial. Os “tipos híbridos” originários de amplos cruzamentos, como os mestiços porto-riquenhos, eram situados por Porteus e Babcock (1926, p. 307) na escala mais inferior dessa hierarquia, apresentando reduzidos coeficientes de “eficiência racial”.

Apesar de considerar o estudo como uma obra “interessantíssima, cheia de notas curiosas e inegavelmente escrita com acentuado espírito crítico”, Roquette-Pinto não deixaria de se opor aos seus resultados. Segundo ele, a metodologia utilizada pelos autores para medir os “índices de eficiência racial” apresentava tantas “falhas” que eles próprios não teriam conseguido escondê-las de seus leitores (Roquette-Pinto, 1929, p. 140). Porteus e Babcock teriam diferenciado as habilidades dos seis principais grupos raciais do Havaí a partir de “depoimentos” obtidos de 25 “juízes”, entre eles administradores, chefes industriais, médicos e educadores, que atribuíram notas considerando

as seguintes características psicológicas da população, a maioria formada por trabalhadores da indústria açucareira: previdência, resolução, estabilidade, autocontrole, prudência, autodeterminação, fidelidade e conciliação (Roquette-Pinto, 1929, p. 140-141)<sup>20</sup>. Os japoneses receberam avaliações positivas para todas as características; em seguida, foram avaliados positivamente os chineses, que receberam as notas mais altas por sua autodeterminação (4,28) e fidelidade (4,72); os portugueses, por sua vez, foram classificados numa posição intermediária, identificados de forma negativa especialmente quanto à capacidade de resolução (2,64), autocontrole (2,44), prudência (2,64) e conciliação (2,28); por último, os porto-riquenhos foram classificados na escala mais baixa da “eficiência racial” (Roquette-Pinto, 1929, p. 142-143). De acordo com Roquette-Pinto, os autores justificaram a inferioridade dos latinos por sua ampla miscigenação, conforme transcreveu do livro “Temperament and Race”:

Racially the Porto Rican is a hybrid of widely different blood stains, a mixture of spanish, negro, and aboriginal Indian – (como os brasileiros) – so that in his racial affinities he may be said to out-Mexican the Mexican. He shows the worst qualities of the Portuguese and the Philipino... (Roquette-Pinto, 1929, p. 143, grifo meu).

Contudo, os autores teriam ignorado um fato altamente relevante no que diz respeito à miscigenação: “a posição ocupada pelos japoneses, nesse inquérito antropológico, é mais uma prova brilhante contrária aos que maldizem os cruzamentos”, afirmou Roquette-Pinto em tom de ironia. Segundo ele, não se poderia esquecer que os japoneses eram originários de “velhos cruzamentos entre os tipos humanos que também concorrem no Brasil: aínos (brancos), mongóis (amarelos) e indonésios (negróides)” (Roquette-Pinto, 1929, p. 144).

<sup>20</sup> Para Roquette-Pinto, a escolha dos 25 “juízes” seria um dos problemas dessa pesquisa. Os autores “se ‘esquecem’ de dizer se não eram norte-americanos os tais 25 juízes”, uma vez que era conhecida a oposição das autoridades daquele país em relação aos mestiços latinos. Na opinião do antropólogo brasileiro, “é quase certo que os 25 juízes eram norte-americanos” (Roquette-Pinto, 1929, p. 143).

A contrariedade de Roquette-Pinto em relação aos resultados da pesquisa de Porteus e Babcock o estimulou a realizar pesquisa semelhante entre os brasileiros. Utilizando-se do mesmo questionário que Porteus e Babcock encaminharam aos 25 juízes norte-americanos, o antropólogo do Museu Nacional solicitou que 15 autoridades brasileiras opinassem sobre as características psicológicas dos diferentes 'tipos brasileiros'. O grupo de avaliadores era formado por naturalistas, médicos, professores, engenheiros, militares e fazendeiros, pessoas "conhecedoras profundas da terra e da gente, dotadas de alto censo crítico, representante das diversas raças", explicou Roquette-Pinto, procurando se distinguir do método 'equivocado' empregado pelos autores de "Temperament and Race" (Roquette-Pinto, 1929, p. 145). O resultado do inquérito, considerando a atribuição de notas zero a cinco para os quatro principais 'tipos antropológicos' classificados por Roquette-Pinto, pode ser visto na Tabela 1.

Como se pode perceber, a enquete realizada por Roquette-Pinto não negava a existência de desigualdades na formação da 'psicologia das raças'. Para ele, essa era uma lei da natureza humana inquestionável. Contudo, os resultados do seu próprio inquérito rebatiam aqueles apresentados por Porteus e Babcock, na medida em que negros (Melanodermos), mestiços (Phaiodermos) e caboclos (Xanthodermos) não eram sempre situados entre os 'tipos inferiores' da escala racial. Na compreensão de Roquette-Pinto, haveria desigualdade entre os 'tipos brasileiros', mas não hierarquias. Em muitos casos, as características mentais dos 'tipos antropológicos' do Brasil, que muitos consideravam 'inferiores', eram classificadas como altamente positivas, como é possível observar, por exemplo, na capacidade de decisão e no autocontrole. De maneira geral, características como estas eram normalmente atribuídas aos 'caucasianos', considerados pela grande maioria dos antropólogos físicos como 'povos superiores', seja por suas supostas capacidades mentais inatas, seja pelo desenvolvimento da

civilização europeia, caracterizada como uma sociedade mais racional (Stocking Jr., 1998).

Por outro lado, a pesquisa de Roquette-Pinto não deixava de reproduzir ideias comuns à época, segundo as quais as características temperamentais ligadas às emoções ou à afetividade, aquelas que independiam das capacidades intelectuais ou do *ethos* civilizatório, como a impulsividade, a conciliação e a fidelidade, eram predominantes entre Phaiodermos e Xanthodermos. Explicações como esta poderiam ser encontradas tanto entre escritores brasileiros da passagem do século XIX para o XX, dos quais se destacam Silvio Romero, Aluísio de Azevedo, João Baptista de Lacerda e Nina Rodrigues, quanto dos anos 1920 e 1930, como Oliveira Vianna, Paulo Prado e Gilberto Freyre, um dos mais lidos no Brasil. Na leitura destes autores, cada um a seu modo, negros, brancos, mestiços e indígenas se caracterizam por capacidades mentais, comportamentos e temperamentos claramente diferenciados. Enquanto a população branca é identificada por seus valores civilizados, como a previdência, a austeridade, o comedimento e a racionalidade, a população de origem africana, indígena e mestiça é associada, como vimos na leitura de Roquette-Pinto, aos sentimentos e às emoções ligados à natureza, como a impulsividade e a sensualidade. Para alguns desses escritores, os mestiços apresentam comportamentos ou temperamentos profundamente imorais, especialmente em relação à sexualidade, ocasionados tanto por sua formação racial quanto pela ausência de valores civilizatórios.

A partir dos anos 1920, os escritores nacionais se voltaram mais para a definição do caráter psicológico dos brasileiros. O tema era tão recorrente que o escritor paulista Mário de Andrade, um dos nomes da Semana de Arte Moderna de 1922, chegou a criar um personagem nacional, o mestiço Macunaíma, cuja principal característica era ser um "herói sem nenhum caráter" (Andrade, 1937 [1928]). A ironia de Mário, no entanto, não deixava de ser ambígua, na medida em que a própria celebração das características psicológicas de seu Macunaíma, esse "herói mestiço", "malandro", "preguiçoso", "mentiroso",

Tabela 1. Características psicológicas dos ‘tipos brasileiros’ de acordo com Edgard Roquette-Pinto. Fonte: Roquette-Pinto (1929, p. 144-145).

Previdência	Sugestibilidade	Impulsividade	Decisão
Leucodermos - 4,50	Phaiodermos - 4,10	Phaiodermos - 4,00	Xanthodermos - 4,20
Phaiodermos - 3,00	Melanodermos - 3,80	Xanthodermos - 3,60	Leucodermos - 4,00
Xanthodermos - 2,40	Xanthodermos - 2,60	Leucodermos - 3,10	Melanodermos - 3,50
Melanodermos - 1,70	Leucodermos - 2,30	Melanodermos - 2,80	Phaiodermos - 3,40
Autocontrole	Pertinácia	Conciliação	Fidelidade
Xanthodermos - 4,20	Leucodermos - 4,50	Phaiodermos - 3,80	Xanthodermos - 3,80
Leucodermos - 4,00	Xanthodermos - 4,00	Leucodermos - 3,50	Melanodermos - 3,70
Melanodermos - 3,10	Phaiodermos - 2,70	Melanodermos - 2,80	Leucodermos - 3,60
Phaiodermos - 2,20	Melanodermos - 2,50	Xanthodermos - 2,50	Phaiodermos - 1,50

não passava de uma “sátira feroz aos defeitos brasileiros”, como ele próprio teria confessado em carta a Roquette-Pinto em 1928<sup>21</sup>. Nesse sentido, a obra de Mário de Andrade não deve ser vista como uma contestação aos estudos sobre o ‘caráter nacional brasileiro’, mas contra a construção ufanista da identidade nacional, como aparecia na narrativa dos literatos românticos e no nacionalismo do início do século XX. A mesma crítica pode ser encontrada em “Retrato do Brasil” (1928), do historiador paulista Paulo Prado, obra na qual o caráter psicológico brasileiro é descrito com cores negativas, seja pelo viés da explicação racial, seja pelo ponto de vista social ou cultural. Opondo-se ao lirismo da geração dos românticos e ao ufanismo de autores como Affonso Celso e Olavo Bilac, o escritor Paulo Prado atribuía os problemas do país aos “vincos fundos de nossa psique racial” (Prado, 1997 [1928], p. 171), como a tristeza, a luxúria e a cobiça.

Para os intelectuais deste período, importava definir o ‘caráter nacional brasileiro’ com cores mais realistas. O objetivo era não apenas descrever a evolução psicológica dos ‘tipos brasileiros’ e as origens dos nossos problemas, como também justificar as diferenças entre as nações e compreender a formação das identidades nacionais.

Assim como Roquette-Pinto, muitos dos pensadores sociais dessa geração também se nutriram da moderna antropologia física, sobretudo da norte-americana e da alemã, procurando associar os estudos antropológicos aos da psicologia racial. Talvez um dos primeiros escritores brasileiros a voltar a atenção de forma sistemática ao estudo da psicologia racial do Brasil tenha sido Oliveira Vianna. Autor de mais de uma dezena de obras, entre elas “Populações meridionais do Brasil” (1920), “Evolução do povo brasileiro” (1922) e “Raça e assimilação” (1932), Oliveira Vianna dedicou boa parte de seus estudos à descrição dos ‘tipos raciais’ do Brasil e suas características psicológicas, sempre associando o caráter mental à condição racial ou biológica (Bresciani, 2007).

Na compreensão de Oliveira Vianna, conforme escreveu em 1922, a mestiçagem – tão diversa – existente no país teria produzido uma “multiplicidade de tipos antropológicos”, cada qual com características psicológicas bastante diversas. Como a ‘psique’ das três raças formadoras do Brasil – brancos, negros e indígenas – apresentava “mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima”, Oliveira Vianna entendia que “o problema da fixação do nosso tipo psicológico

<sup>21</sup> Carta de Mário de Andrade a Edgard Roquette-Pinto. São Paulo, 15/07/1928. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

é ainda mais árduo do que o da fixação do nosso tipo antropológico" (Vianna, 1922, p. 277). Essa compreensão, inclusive, justificava algumas das críticas que o autor fluminense faria anos depois às classificações de Roquette-Pinto, tidas por ele como uma tentativa de homogeneizar diferenças raciais inconciliáveis (Vianna, 1959 [1932]).

Na caracterização construída por Oliveira Vianna, o indígena, o negro e os mestiços seriam 'tipos inferiores' que se caracterizavam por comportamentos psicológicos típicos dos povos 'bárbaros' e 'selvagens'. Enquanto o negro era descrito como um tipo obediente, servil, imitativo, laborioso, dócil e paciente, o índio é caracterizado como o seu oposto, um ser "absolutamente invencível à ação educadora dos agentes civilizadores" (Vianna, 1959 [1932], p. 285). Entre eles haveria em comum, além da "mediocridade ingênita", uma mentalidade que se definia pela "indiferença" em relação ao futuro, "a extrema limitação das ambições" e o "descaso pela melhoria do seu triste viver". O mestiço, por sua vez, apresentaria um caráter "explosivo, rebelde, desordenado e agressivo", caracterizando-se como "fator principal da desordem e da anarquia em nossa história" (Vianna, 1959 [1932], p. 287). Em contrapartida, Oliveira Vianna classificava a psicologia do 'tipo branco', representado pelo homem português, como bastante positiva para a formação do 'caráter nacional', sobretudo dos valores civilizados.

Esse modo hierarquizado de conceber o caráter psicológico dos brasileiros faria com que Oliveira Vianna defendesse uma política de seleção racial, sobretudo por intermédio do controle de imigrantes que aportavam no país. Em sua compreensão, conforme enunciou em "Raça e assimilação", "uma nação não pode ser indiferente nem à qualidade, nem à quantidade dos elementos raciais que entram na sua composição", uma vez que estes determinariam "os tipos de temperamento e de inteligência que devem preponderar na massa social" (Vianna, 1959

[1932], p. 51). Uma população com um "temperamento instável", defendia ele, não poderia dar a mesma forma de civilização e progresso, nem revelar "as mesmas expressões de cultura, nas artes, nas ciências, na política, nas atividades econômicas que um outro povo, cujas matrizes étnicas produzem, em quantidade mais numerosa, temperamentos práticos ativos ou resolutos" (Vianna, 1959 [1932], p. 52). Para Oliveira Vianna, o progresso e a civilização do país eram uma questão de raça, do aumento do sangue luso nas veias nacionais e da eliminação do sangue mestiço, africano e indígena, dada a suposta instabilidade somatológica e temperamental desses 'tipos antropológicos'.

Em meados dos anos 1930, Roquette-Pinto e Oliveira Vianna, juntamente com o eugenista Renato Kehl, fizeram parte da comissão indicada pelo governo de Getúlio Vargas para elaborar o anteprojeto de regulamentação da política imigratória no Brasil, conforme aprovado pela constituinte de 1933-1934. A atuação destes personagens destacaria uma vez mais as divergências entre Roquette-Pinto e os demais, que propunham uma seleção imigratória mais rigorosa, favorecendo a entrada de imigrantes europeus, vistos como racialmente mais assimiláveis. Embora Roquette-Pinto defendesse a entrada de imigrantes de origem europeia, sendo mesmo favorável à seleção imigratória sob o ponto de vista das características individuais, era contrário aos termos que proibiam, por exemplo, a entrada de imigrantes asiáticos, especialmente de japoneses (Souza, 2011, p. 332-340). Diferentemente de Vianna e Kehl, o antropólogo entendia que a assimilação de estrangeiros não dependia do fator racial, lembrando que "toda a história da formação étnica do Brasil prova, luminosamente que, entre as raças afastadas, pelo tipo físico, pelo linguagem, pelos costumes, a assimilação pode ser a mais completa"<sup>22</sup>. De maneira geral, enquanto Vianna e Kehl temiam que o afrouxamento do controle imigratório ampliasse ainda mais a suposta heterogeneidade

<sup>22</sup> Considerações de Edgard Roquette-Pinto ao Pré-Projeto de "Seleção Eugênica dos Imigrantes". Texto datilografado, 1935, p. 6-7, grifo do autor. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

racial brasileira, Roquette-Pinto acreditava que o retrato antropológico do país continuaria sua tendência à homogeneização, conduzindo a nação cada vez mais em direção ao branqueamento. Conforme seus estudos apontavam, o processo de miscigenação e assimilação racial dos imigrantes no Brasil era o melhor que a biologia poderia almejar (Roquette-Pinto, 1929).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário de Oliveira Vianna, Roquette-Pinto negava a existência de hierarquias raciais e também se opunha à ideia de que os mestiços eram 'tipos degenerados' ou 'inferiores'. Embora compreendesse que, do ponto de vista estético, negros e mestiços fossem, em alguns aspectos, menos dotados de beleza física que os 'tipos caucásicos', negava o princípio da inferioridade ou da superioridade de atributos biológicos entre os diferentes grupos raciais. Opondo-se às teorias degeneracionistas e ao racismo científico então em voga, como aquelas que alimentavam as ideias defendidas por Oliveira Vianna e Renato Kehl, Roquette-Pinto recusava o argumento de que os problemas nacionais fossem devidos às características antropológicas da população. Em suas palavras, "o número de indivíduos somaticamente deficientes em algumas regiões do país", conforme suas pesquisas haviam apontado, era realmente considerável. No entanto, isso não ocorria "por conta de qualquer fator de ordem racial; deriva de causas patológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da antropologia" (Roquette-Pinto, 1929, p. 147).

De acordo com os 'documentos' reunidos ao longo de suas pesquisas, a antropologia demonstrava que a existência de "indivíduos disgênicos" no país era "questão de política sanitária e educativa", e não de formação racial. O grande número de doenças, a falta de assistência médica, a mortalidade infantil, somados à falta de instrução e modernização do país, eram responsáveis pelos dilemas em que viviam milhares de 'brasileiros' em todo o território nacional, especialmente no interior, onde

"tipos fortes e resistentes" se encontravam em estado de quase absoluto abandono. Deste modo, Roquette-Pinto entendia que a "insuficiência dos brasileiros" era "única e exclusivamente de um elemento decisivo: falta de organização nacional", o que queria dizer principalmente falta de "educação do povo, nacionalização da economia e circulação das ideias e da riqueza". Para vencer os problemas, o Brasil precisava "ser obra de arte política", conforme teria destacado Alberto Torres, a quem Roquette-Pinto chamava de "homem de gênio" (Roquette-Pinto, 1929, p. 123).

O antropólogo entendia que a miscigenação racial que vinha ocorrendo largamente no Brasil não apenas teria contribuído para "o processo geral de adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros" (Roquette-Pinto, 1929, p. 148), como também teria possibilitado a formação de "tipos antropológicos eugenicamente saudáveis", homens "desbravadores e fortes". Suas pesquisas científicas provavam que, tanto do ponto de vista fisiológico quanto do psicológico, os cruzamentos entre os grupos existentes no país "dão sempre tipos normais" (Roquette-Pinto, 1929, p. 137). Por esse motivo, ressaltava que "à vista de todos os dados condensados nesta monografia [referindo-se à sua "Nota sobre os *typos anthropológicos do Brasil*"]", pode-se concluir que nenhum dos tipos da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração antropológica" (Roquette-Pinto, 1929, p. 146).

Esse otimismo nacionalista, somado ao emprego da ciência como ferramenta política, pode ser resumido na frase que o antropólogo pronunciou na Academia Brasileira de Letras, quando de seu ingresso na instituição: "trago no coração uma confiança definitiva nas realizações da raça, porque a ciência me tem ensinado que a terra é áspera, mas o homem é teimoso e forte" (Roquette-Pinto, 1928, p. 961-962). Inspirado por esse 'nacionalismo científico', seus estudos antropológicos assumiam uma função claramente política: a defesa do 'homem brasileiro' e a crítica à desorganização política e social do país. Conforme já destacou Santos (2002, p. 118),



desde os anos 1910, Roquette-Pinto foi um intelectual com considerável envolvimento no projeto de redenção nacional, chegando mesmo a ver a antropologia como a ciência capaz de pensar os rumos da nação e de propor soluções para os problemas do país. Deve-se destacar que Roquette-Pinto filiava-se a uma vertente nacionalista "que procurava revestir o discurso científico com o manto apaixonado de defesa da nação", como ressaltou Olívia Gomes da Cunha (2002, p. 276).

O retrato do Brasil pintado por Roquette-Pinto foi, portanto, fortemente contornado pelas cores desse nacionalismo militante, pela legitimidade da ciência e pela força da ação política. Enquanto intelectual mobilizado por uma forte missão pública, Roquette-Pinto acreditava que sua atividade científica deveria ser investida para revelar uma visão otimista sobre o país, defendendo a viabilidade da formação nacional e projetando os caminhos futuros que o país deveria trilhar. Como bem destacou Regina Horta Duarte, a essa visão positiva que Roquette-Pinto tinha sobre o povo brasileiro, "acrescentou a euforia pela ciência e pelo que ela poderia trazer, certamente através dos conhecimentos produzidos, mas também dos aprimoramentos técnicos que divulgariam, com velocidade, as possibilidades de um novo Brasil" (Duarte, 2008, p. 277).

A persistente campanha para salvar os 'brasilianos' da armadilha determinista possibilitou que Roquette-Pinto fosse reconhecido, especialmente a partir dos anos 1920, como a principal autoridade no campo da antropologia física brasileira (Skidmore, 1976, p. 208). Contudo, o que de fato lhe emprestaria respeitáveis credenciais científicas seria, antes de tudo, o seu próprio modo de praticar a investigação antropológica. Desde os anos 1910, Roquette-Pinto integrou um pequeno círculo de cientistas brasileiros que valorizava o trabalho de campo, a coleta de dados, a observação em laboratório e a atividade científica especializada, recusando o estilo bacharelesco e retórico

que predominava entre os intelectuais e as instituições científicas do país (Sá, 2006). Do mesmo modo que os naturalistas, os antropólogos físicos procuravam observar e descrever a realidade a partir do contato direto com o objeto de investigação, reunindo dados empíricos sobre as características raciais das populações, informações sobre as condições sociais e sobre o meio geográfico em que viviam, além da coleta dos mais variados materiais antropológicos. Muitos desses objetos, como crânios, ossos humanos e outros de caráter etnográfico ou arqueológico, eram levados para análise em laboratórios especializados, atividade ainda pouco prestigiada entre os brasileiros do início do século XX.

A legitimidade que Roquette-Pinto conquistou no campo da antropologia física derivava da própria compreensão de que suas pesquisas eram baseadas em rigorosos e modernos estudos científicos. O jornalista Júlio Mascentes, por exemplo, afirmava, no início dos anos 1930, que o texto publicado pelo antropólogo sobre os 'tipos brasileiros' era um "estupendo" estudo de ciência. Seu trabalho "convenceu-me cientificamente de que o brasileiro não é o que eu, através de apreciações estrangeiras, pensava", dizia o jornalista referindo-se à leitura e à influência que ele próprio sofrera de autores como o britânico James Bryce e José Ingenieros<sup>23</sup>. O mesmo tipo de apreciação pode ser encontrado em autores estrangeiros, como o historiador alemão Rüdiger Bilden, e em escritores nacionais, como Arthur Lobo, Fróes da Fonseca, Arthur Ramos, Bastos de Ávila e Gilberto Freyre, que tanto em "Casa-Grande & Senzala" (1933) quanto em "Sobrados e Mocambos" (1936) fez questão de destacar a importância das "evidências científicas" apresentadas por Roquette-Pinto sobre a viabilidade da população mestiça brasileira. Gilberto Freyre chegou a confessar, conforme escreveu no prefácio da primeira edição de "Casa-Grande & Senzala" (Freyre, 1946

<sup>23</sup> Carta de Julio Mascentes a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 22/11/1930. Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ).

[1933], p. 17-18), que o retrato antropológico do Brasil apresentado por Roquette-Pinto tinha sido decisivo em seu modo de conceber a miscigenação racial brasileira, tema que tanto o inquietara em sua juventude.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Ricardo Ventura Santos, pela leitura atenciosa do texto e pelos valiosos comentários e sugestões. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento de minha pesquisa de Pós-Doutorado (projeto 161671/2011-0), realizada na Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, desde dezembro de 2011.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937 [1928].

BARKAN, Elazar. **The retreat of scientific racism**: changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2007.

CASTRO FARIA, Luiz de. **Antropologia**: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Editora da UFF, 1998.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2002.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante**: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. **Rumo ao Brasil**: Roquette-Pinto viajante. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). **Antropologia brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p. 271-294.

EVANS, Andrews. **Anthropology at War**: World War I and the science of race in Germany. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

FISCHER, Eugen. **Die Rehobother Bastards und das Bastardierungsproblem beim Menschen**. Jena: Gustav Fischer, 1913.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1946 [1933].

FRÓES DA FONSECA, Álvaro. As novas fichas antropológicas do Museu Nacional. **Boletim do Museu Nacional**, v. 3, n. 3, p. 13-30, set. 1927.

GONÇALVES, Assis da Silva. **José Bastos de Ávila e as pesquisas em Antropologia Física no Museu Nacional (1928-1938)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

KEULLER, Adriana. **Estudo físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro**: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939). 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). **Antropologia brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA, Carlos. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia**: Antropologia – Ethnographia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 25-39.

LINDEE, Susan; SANTOS, Ricardo Ventura. The biological anthropology of living human populations: world histories, national styles and international networks. **Current Anthropology**, v. 53, Supplement 5, p. S3-S16, 2012.

LINS, Álvaro. **Discurso de Posse da Academia Brasileira**: estudo sobre Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

LOBO, Bruno. **Relatório do Diretor do Museu Nacional (Bruno Lobo) ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (Idelfonso Simões Lopes) referente ao ano de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

MASSIN, Benoit. From Virchow to Fischer: physical anthropology and 'modern race theories' in Wilhelmine Germany. In: STOCKING JR., George (Ed.). **Volksgeist as method and ethic: essays on Boasian ethnography and the German anthropology tradition**. Ann Arbor: The University of Wisconsin Press, 1996. p. 79-154.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PENNY, H. Glenn; BUNZL, Matti. Introduction: rethinking German anthropology, colonialism, and race. In: PENNY, H. G.; BUNZL, M. (Eds.). **Worldly provincialism: German anthropology in the age of Empire**. Michigan: University of Michigan Press, 2006. p. 1-30.

PORTEUS, Stanley; BABCOCK, Marjorie. **Temperament and Race**. Boston: The Gorham Press, 1926.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1928].

PROCTOR, Robert. From Anthropologie to Rassenkunde in the German anthropological tradition. In: STOCKING JR., George (Ed.). **Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology**. Ann Arbor: The University of Wisconsin Press, 1988. p. 138-179.

RICHARDS, Graham. Race in US psychology to 1945: the rise and nature of 'race psychology'. In: RICHARDS, Graham. **Race, racism, and psychology: towards a reflexive history**. London: Routledge, 1997. p. 67-122.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondonia: Anthropologia – Ethnographia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005 [1917].

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaios de antropologia brasileira**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978 [1933].

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **Estudos Afro-Brasileiros** (Trabalhos apresentados ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934). Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. I-IV.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre os typos antropológicos do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1929. p. 119-147.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Discurso do Sr. E. Roquette-Pinto. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 76, p. 934-964, 1928.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos Rolados – Estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado e Cia, 1927.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Euclides da Cunha, Naturalista. **Revista do Brasil**, v. 8, n. 29, p. 20-38, 1918.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Anthropologia: guia das colleções**. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral de Estatística, 1915.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 271-294.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia Física no Brasil (1870-1930). In: PENNA, S. D. J. (Org.). **Homo Brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. São Paulo: Editora FUNPEC, 2002. p. 113-129.

SANTOS, Ricardo Ventura; MELLO E SILVA, Maria C. S. Introdução ao Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. In: SANTOS, Ricardo Ventura; MELLO E SILVA, Maria C. S. (Orgs.). **Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006. (Série Livros, 14).

SANTOS, Rita de Cassia Mello. **No coração do Brasil: Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

STANNARD, David. Honoring racism: the professional life and reputation of Stanley D. Porteus. In: AOUDÉ, Ibrahim G. (Ed.). **The ethnic studies story: politics and social movements in Hawai'i**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999. p. 85-125.

STOCKING JR., George (Ed.). **Bones, bodies, behavior:** essays on biological anthropology. Ann Arbor: The University of Wisconsin Press, 1998.

TEO, Thomas. The historical problematization of 'mixed race' in psychological and human-scientific discourses. In: WINSTON, A. (Ed.). **Defining difference:** race and racism in the history of psychology. Washington: American Psychological Association, 2004. p. 79-108.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959 [1932].

VIANNA, Oliveira. O tipo brasileiro e seus elementos formadores. In: INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: IHGB, 1922. p. 277-288.